

DIÁRIO DE PERNAMBUCO

Jornal pernambucano diário fundado como folha de anúncios a 7 de novembro de 1825, em Recife. É hoje o mais antigo jornal em circulação na América Latina.

IMPÉRIO

O primeiro proprietário do *Diário de Pernambuco* foi o jornalista Antonino José de Miranda Falcão, que participou em 1826 da Confederação do Equador e, em 1846, iria se tornar administrador da *Gazeta Oficial*, no Rio de Janeiro. Embora em 1827 o jornal tenha classificado Pedro I de “soberano liberal e respeitador da Constituição”, aprovou a abdicação do imperador, noticiando em abril de 1831: “Temos a satisfação de dar a saber aos nossos caros concidadãos os felizes sucessos da capital do Império: triunfou a opinião pública. Parabéns, pernambucanos.”

Em fevereiro de 1835, o jornal foi vendido à firma Pinheiro e Faria, de propriedade de Manuel Figueroa de Faria, que o transformou em órgão oficial dos governos da província (essa posição seria mantida até 1911, com alguns pequenos períodos de exceção). Na Revolução Praieira, em 1848-1849, o *Diário de Pernambuco* deu ampla cobertura informativa durante os cinco meses que durou o movimento e acusou os revoltosos de espalharem “o susto e o terror”. Ao eclodir a Guerra do Paraguai, divulgou proclamação oficial que pedia ao povo para se alistar no batalhão dos Voluntários da Pátria. Antiescravista já na década de 1850, o jornal exaltou a assinatura da Lei Áurea, em maio de 1888, dando cinco dias de férias aos empregados para que todos comemorassem as “festas da liberdade”.

PRIMEIRA REPÚBLICA

Dois meses antes da proclamação da República, em 1889, o *Diário de Pernambuco* afirmava em editorial que a revolução seria a “consequência fatal da origem suspeita” do gabinete do visconde de Ouro Preto e que a paz só viria com “o concurso dos elementos libertadores”. A partir da edição de 19 de novembro, retirou do cabeçalho o emblema das armas imperiais. A República não alterou, porém, a linha situacionista do jornal em relação ao governo de Pernambuco. As atitudes do governo estadual continuaram a ser justificadas,

como aconteceu, por exemplo, com a série de artigos de abril de 1891 que defendiam a ajuda financeira oficial para a criação de usinas de açúcar, amplamente criticada pelo oposicionista *Jornal do Recife*.

Na decretação do estado de sítio por Floriano Peixoto, em 1892, o matutino não se manifestou contra a junta nomeada para o governo local, porém manteve-se numa posição moderada, chegando mesmo a polemizar com *A Província* e o *Estado de Pernambuco*, que apoiaram abertamente a atitude florianista. Dois acontecimentos mereceram destaque em março de 1896: a chegada a Recife do conselheiro Francisco de Assis Rosa e Silva, já considerado pelo diário como chefe local do Partido Republicano Federal, e a substituição do governador Barbosa Lima por Joaquim Correia de Araújo, ficando José Marcelino da Rosa e Silva como vice-governador.

Assumindo cada vez mais a posição de órgão oficial, e com sua tiragem e número de páginas decaindo progressivamente, sobretudo desde a morte de seu diretor Miguel de Figueroa Faria (agosto de 1896), o *Diário de Pernambuco* passou a se caracterizar no final do século pela publicação de atos do governo, notas fúnebres e anúncios. Suspendeu a circulação em 24 de março de 1901 para ressurgir no mês seguinte com novo proprietário: Francisco de Assis Rosa e Silva.

Sob a direção do jornalista e mais tarde deputado Artur Orlando, o matutino reapareceu em nova feição gráfica, embora ainda com quatro páginas. Em agosto, transcreveu artigos de jornais cariocas e discursos de parlamentares que denunciavam o arrendamento das estradas de ferro do Norte do país a grupos estrangeiros, antigo plano do presidente Campos Sales. Nesse período, muitos intelectuais passaram pela redação do *Diário de Pernambuco*, entre eles o escritor Gilberto Amado, que começou como repórter e, nos anos de 1907-1908, publicou a crônica diária “Golpes de vista”, sob o pseudônimo de Áureo. A partir de 1908, quando completou 83 anos de existência, o matutino anexou ao título o *slogan*: “Jornal mais antigo em circulação na América Latina.”

O jornal atravessou uma crise iniciada com o lançamento, em fevereiro de 1911, da candidatura do ministro da Guerra de Hermes da Fonseca, general Dantas Barreto, ao governo de Pernambuco pelo Partido Republicano Conservador, em oposição a Rosa e Silva. Num clima tenso e de acusações mútuas, as eleições se realizaram a 5 de novembro e, já dois dias após, o *Diário de Pernambuco* apontava a vitória de seu proprietário, Rosa e

Silva, desprezando as denúncias de fraude feitas pelo grupo de Dantas Barreto. Durante todo o mês de novembro Recife foi palco de manifestações populares, que provocaram choques com a polícia e culminaram com a renúncia do governador Estácio Coimbra, diante da recusa de intervenção do governo federal e do Exército. Pelo estreito vínculo com a candidatura Rosa e Silva, o *Diário de Pernambuco* teve sua sede apedrejada e invadida e, por isso, não circulou durante 14 dias. Voltou a 25 de novembro para, em seguida, fechar suas portas até janeiro, quando reapareceu dirigido pelo ex-chefe de polícia Elpídio de Figueiredo. Nesse ínterim, foram anunciados os resultados oficiais das eleições, dando a vitória a Dantas Barreto. Mas esse período oposicionista do matutino durou pouco, pois em fevereiro o jornal acabou sendo empastelado em definitivo pelo novo governo e permaneceu dois anos fechado.

Em janeiro de 1913, o jornal foi comprado pelo coronel Carlos Benigno Pereira de Lira, industrial e fazendeiro em Alagoas e Pernambuco, que transformou seu filho, Carlos Lira Filho, em redator-chefe e secretário-gerente da empresa. Logo na primeira edição vinha a promessa do desinteresse pelas lutas político-partidárias: “Estamos e estaremos na maior imparcialidade para encarar os fatos que se desenrolam em nosso meio, quer em relação à política geral do país, quer na do estado.” No entanto, a ligação do *Diário de Pernambuco* com Rosa e Silva ainda parecia tão forte aos olhos do povo que, nas eleições para o Senado em 1915, a sede do jornal foi novamente apedrejada por pessoas revoltadas com o fato de o Congresso ter dado posse ao antigo líder e não ao candidato eleito, José Bezerra.

Na campanha para o governo estadual de 1922, o jornal procurou se manter neutro entre as duas candidaturas: a situacionista, de José Henrique Carneiro da Cunha, apoiado pela coligação Manuel Borba-Rosa e Silva, e a oposicionista, do coronel Eduardo de Lima Castro, lançada através de um acordo entre Dantas Barreto, Estácio Coimbra e Pessoa de Queirós. Duas semanas antes das eleições, a coluna “Várias”, de comentários políticos, propôs como solução conciliatória que as duas facções indicassem um terceiro candidato para evitar “o ódio, a intolerância e o apelo à violência”. A sugestão foi prontamente recusada pelos dois grupos. Realizou-se o pleito a 27 de maio e, como previra o *Diário de Pernambuco*, a oposição não aceitou a vitória do situacionista José Henrique Carneiro da Cunha. Somente depois de dois meses de conflitos armados e articulações de gabinete, as

duas facções concordaram em anular as eleições e escolheram o juiz Sérgio Loreto como candidato único.

O PERÍODO 1930-1945

Como jornal tradicionalmente ligado à Primeira República, o *Diário de Pernambuco* não estava entre os maiores interessados na queda do regime, mas 12 dias depois de desencadeado o movimento revolucionário de outubro de 1930, registrava em editorial que “o país ia de mal a pior e sem esperança de remédio”, e defendia a revolução como “a única saída possível, diante da fraude eleitoral absolutamente arraigada e dominante no país inteiro”.

Após uma série de negociações, o jornal foi novamente vendido em junho de 1931, desta vez aos Diários Associados, por seiscentos contos de réis. A troca de elogios entre o comprador, Francisco de Assis Chateaubriand, e o vendedor, Carlos de Lira Filho, devidamente transcrita em algumas edições, não impediu que três anos mais tarde o antigo proprietário requeresse um pedido de falência da empresa, sob a alegação de que o comprador não cumprira todos os compromissos assumidos. Seguiu-se uma troca de acusações, igualmente transcrita nos jornais da época, e, por fim, a Justiça considerou improcedente o pedido de falência, decidindo pela manutenção da empresa em poder do grupo **Associados**. Enquanto a causa esteve na Justiça, Gilberto Freire e Ismael Ribeiro dirigiram a empresa.

A partir de 1931 o matutino sofreu grandes alterações, aumentando o número de páginas e o material informativo e adotando a reforma ortográfica. Tornaram-se colaboradores Austregésilo de Ataíde, Azevedo Amaral, Álvaro Lins, Osvaldo Orico, Gustavo Barroso, Lindolfo Collor, Afrânio Peixoto, Gilberto Osório de Andrade, Medeiros e Albuquerque, Mário Sete e Cumplido Santana. Também a partir de 1931 o *Diário de Pernambuco* passou a criticar os rumos da revolução e, sobretudo, a atuação do interventor Carlos de Lima Cavalcanti, acusado de oportunista e conivente com as torturas a presos políticos. Com diversos pseudônimos, o redator Aníbal Fernandes assinou muitos dos ataques ao governo estadual, logo respondidos pelo *Diário da Manhã*, de propriedade da família Lima Cavalcanti.

No levante do 21º Batalhão de Caçadores, em outubro de 1931, gráficos, jornalistas e dois

diretores do jornal — José dos Anjos e Salvador Nigro — foram presos sob suspeita de participação no movimento militar. O prédio do jornal foi invadido e revistado pela polícia e, em seguida, o matutino foi fechado temporariamente. Dias depois, o interventor revogou as prisões e a suspensão do matutino, uma vez que era difícil fazer acreditar que o portavoz da Primeira República tivesse ligações com um levante mais radical que a Revolução de 1930.

Apesar da censura e das perseguições policiais, o *Diário de Pernambuco* demonstrou simpatia pela Revolução Constitucionalista de 1932, em São Paulo, e colocou-se ao lado do ministro da Viação, José Américo de Almeida, no desentendimento entre este e Lima Cavalcanti quanto às verbas destinadas à seca no estado. Esta última posição do jornal custou-lhe nova invasão na noite de 13 de setembro de 1932, quando dois policiais armados ameaçaram bater em todo aquele que voltasse a falar bem do ministro José Américo, considerado “inimigo de Pernambuco”. O episódio mereceu o protesto da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), obrigando o governo estadual a suspender a censura aos jornais. Entre as várias proibições até então em vigor incluíam-se: “Não permitir afixação de *placards* com notícias e telegramas sem prévio visto da polícia nos originais; não permitir nenhuma informação ou comentário derrotista ofensivo às autoridades constituídas; não permitir exploração em torno de acordos com a paz; não permitir referências a movimento subversivo do Sul do país, e sim de São Paulo; não permitir chamar de revolucionários os políticos reacionários em armas, a fim de evitar confusão; não permitir, sem prévia autorização da interventoria, informação ou comentário sobre rompimentos políticos, em qualquer estado da Federação, ou sobre divergências entre chefes de forças militares do Governo Provisório, para evitar intranquilidade no espírito público; não permitir informações ou comentários que possam dificultar o alistamento e incorporação de reservistas e voluntários para defesa do Governo Provisório; não permitir alarde sobre providências da interventoria quanto à manutenção da ordem pública no interior, e não permitir quaisquer comentários desfavoráveis à ação da interventoria no sentido de acautelar o governo e a população contra a investida dos especuladores do comércio.”

Em agosto de 1936, em plena véspera da decretação do Estado Novo, a censura voltou a frequentar as redações, embora mais comedida. Numa reunião no dia 10 com os diretores

de todos os jornais de Recife, o secretário de Segurança Pública, capitão Frederico Mindelo, advertiu que, a partir daquele momento, caberia às próprias empresas a responsabilidade pelo cumprimento das proibições, respondendo os diretores pelas desobediências às recomendações do governo estadual. Pretendia-se impedir a publicação de notícias e artigos que atingissem a ordem pública ou envolvessem críticas às autoridades militares do Exército e da Brigada Militar. Comentar temas administrativos seria permitido, mas sem uso de linguagem considerada desrespeitosa ou ofensiva à autoridade pública.

Com ou sem censura, o *Diário de Pernambuco* sempre que possível procurou manifestar-se sobre as articulações políticas durante a maior parte da década de 1930, até o Estado Novo. Na edição de 27 de novembro de 1932, a coluna “Várias”, de Aníbal Fernandes, elogiou o aparecimento do integralismo, afirmando tratar-se de “um movimento de ideias que pode ser o ponto de partida para uma verdadeira renovação cívica do Brasil”. Pouco depois, a mesma coluna criticou a participação do governo provisório pernambucano na formação do Partido Social Democrático (PSD), “de fundo marxista e anticristão, afagando correntes extremadas”. Em junho de 1936, o jornal passou a dedicar uma página diária à matéria “Pela dignidade e pelos interesses de Pernambuco”, por iniciativa de parlamentares dissidentes do PSD, onde o alvo principal era a administração Carlos de Lima Cavalcanti. Na opinião dos responsáveis pela coluna — transferida em setembro para a recém-fundada *Folha da Manhã* — a Revolução de 1930 “em nada contribuiu para o melhoramento das condições político-sociais, econômicas e financeiras de Pernambuco”.

O golpe do Estado Novo mereceu edições a 10 e 11 de novembro de 1937, onde se anunciava a dissolução do Congresso, a outorga de uma nova carta constitucional e a intervenção federal no estado, exercida inicialmente pelo coronel Azambuja Vila Nova e, em seguida, por Agamenon Magalhães. Com a intensificação da censura à imprensa a partir de 1937, o *Diário de Pernambuco* reduziu o noticiário político à publicação de atos oficiais e discursos laudatórios de autoridades. Numa das poucas vezes em que se expressou sobre um assunto polêmico, o jornal defendeu o ingresso do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados e chegou até a patrocinar uma lista de subscrição popular para doar uma ambulância à Força Expedicionária Brasileira. Em abril de 1943, aproveitou o engajamento do país para lançar um suplemento de quatro páginas sobre a guerra. Também estimulado pelo conflito mundial, o matutino ampliou o noticiário internacional

contratando em 1944 correspondentes especiais em Londres e no Mediterrâneo, e os serviços de quatro agências estrangeiras, entre elas a United Press e a Reuters.

Logo que começou o ano de 1945, o *Diário de Pernambuco* colocou-se ao lado da candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes à presidência da República. Num comício realizado na noite de 3 de março, enquanto oradores discursavam da sacada do primeiro andar do prédio do jornal, a Polícia Militar resolveu dispersar a multidão, provocando a morte de um comerciante e do estudante de direito Demócrito de Sousa Filho, além de ferimentos em dez pessoas. No dia seguinte os policiais ocuparam a sede do matutino e ainda prenderam o repórter Hélio Pinto e o redator-chefe Aníbal Fernandes. Apoiado em um mandado de segurança, o jornal só voltou a circular no mês seguinte em edição extraordinária, na qual se enxertou uma página da edição empastelada de 4 de março, que não havia sido confiscada pela polícia. A página trazia críticas e informações sobre a repressão ao comício, acusando o governo estadual pelas duas mortes. Antes, a congregação da Faculdade de Direito havia feito a mesma acusação à Polícia Civil.

Em setembro de 1945, o redator-chefe Aníbal Fernandes foi agredido de madrugada por dois desconhecidos, quando voltava para casa. Finalmente, a partir de 30 de outubro, o *Diário de Pernambuco* não mais precisou combater a campanha “queremista”, favorável à permanência do presidente Getúlio Vargas no poder, pois este fora deposto no dia anterior.

O PERÍODO 1945-1964

Realizadas as eleições presidenciais em dezembro de 1945, saiu vitorioso o candidato do PSD, Eurico Gaspar Dutra. Empossado o novo presidente, o *Diário de Pernambuco* viu com simpatia o novo governo.

Nas eleições estaduais de 1947, o jornal apoiou a candidatura ao governo de Manuel Neto Campelo Júnior, lançada pela coligação constituída pela União Democrática Nacional (UDN), o Partido Democrata Cristão (PDC) e o Partido Libertador (PL) em oposição à candidatura pessedista de Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho. Derrotado seu candidato, o *Diário de Pernambuco* manteve-se na oposição durante todo o governo de Barbosa Lima. Por essa época, deu ampla cobertura ao movimento cultural literário de emancipação intelectual do Nordeste, liderado por Mauro Mota. Seu suplemento literário semanal abriu sua coluna para os jovens escritores da região, estimulando assim o

aparecimento de novos talentos.

Ao se aproximarem as eleições de 1950, o *Diário de Pernambuco* mais uma vez reafirmou seu antigetulismo, apoiando as candidaturas de Eduardo Gomes à presidência da República e de Manuel Neto Campelo Júnior ao governo do estado, lançada esta pela UDN, o PDC e o PL. A derrota de ambos colocou o jornal em aberta oposição tanto ao governo federal, chefiado por Getúlio Vargas, quanto ao estadual, chefiado por Agamenon Magalhães. O governo federal, embora criticado, era mais poupado, já que a ótica do jornal era privilegiar o noticiário relativo ao Nordeste, relegando a segundo plano a cobertura da política nacional.

Com a súbita morte de Agamenon Magalhães em 24 de agosto de 1952, tiveram início as articulações partidárias para a eleição em outubro do mesmo ano de um sucessor que completasse seu mandato. Lançada pelo PSD, a candidatura de Etelvino Lins contou com o apoio de praticamente todos os partidos de Pernambuco, inclusive a UDN. Nessas circunstâncias, o *Diário de Pernambuco*, que sempre se posicionava contra o PSD, viu com simpatia a indicação de Etelvino. Esse apoio teve entretanto curta duração, pois, uma vez eleito, o novo governador passou a sofrer a oposição do *Diário de Pernambuco*.

Na esfera nacional, a oposição ao governo de Getúlio Vargas crescia, passando o *Diário de Pernambuco* a acompanhar as posições da UDN e responsabilizando o presidente pelos desmandos do país. Com o suicídio de Vargas e a posse do vice-presidente João Café Filho, o jornal manteve sua orientação de dar pouca cobertura aos acontecimentos nacionais, centrando sua atenção no pleito para o governo do estado que seria realizado em outubro de 1954. O *Diário de Pernambuco*, mantendo seu apoio à UDN, manifestou-se favorável ao candidato desse partido, João Cleofas, em oposição ao candidato lançado pelo PSD, Osvaldo Cordeiro de Farias.

A vitória de Cordeiro de Farias colocou o *Diário de Pernambuco* mais uma vez na oposição. Em 1957, por ocasião da aprovação do novo Código Tributário do estado, que desencadeou um *lockout* generalizado, paralisando desde as grandes indústrias até as bancas de jornal, o matutino capitaneou a oposição, dando amplo apoio às reivindicações dos grevistas.

Ainda nessa linha oposicionista, o jornal apoiou as Oposições Coligadas, formadas pelo Partido Social Trabalhista (PST), o Partido Socialista Brasileiro (PSB), o Partido Social

Progressista (PSP), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e a UDN, que lançaram a candidatura de Cid Sampaio ao governo do estado nas eleições de 1958, contra o candidato pessedista Jarbas Maranhão. Com a vitória de Cid Sampaio, o *Diário de Pernambuco* passou a dar seu apoio ao novo governo. Em 1959, nas eleições para a prefeitura de Recife, novamente o jornal viu eleger-se o candidato de sua preferência, Miguel Arrais, lançado pela aliança entre PST, PSB, PSP, PTB e UDN. Porém, com o desenrolar do governo Arrais e sua aproximação das forças de esquerda, o *Diário de Pernambuco* desencadeou intensa campanha contra sua gestão, sempre mantendo o apoio ao governador Cid Sampaio. Na esfera federal, embora tivesse apoiado o candidato udenista à presidência da República Juarez Távora, que foi derrotado por Juscelino Kubitschek (PSD-PTB), o *Diário de Pernambuco* não fez oposição ao novo presidente, chegando a dar discreta cobertura a seu plano desenvolvimentista.

Com a aproximação do novo pleito presidencial de outubro de 1960, o *Diário de Pernambuco*, coerente com sua postura udenista, viu com simpatia a candidatura de Jânio Quadros em oposição ao candidato do PSD-PTB, marechal Henrique Teixeira Lott. Eleito Jânio Quadros, o noticiário do jornal, mais voltado para as questões locais e regionais, não acompanhou os principais fatos do governo.

Com a renúncia de Quadros e a posse do vice-presidente João Goulart em meio a uma profunda crise político-militar, o *Diário de Pernambuco*, acreditando estar o país ameaçado pelo comunismo, assumiu uma posição marcadamente oposicionista em relação ao governo federal. Na esfera estadual, com a radicalização política no Nordeste, intensificou a campanha contra a administração de Miguel Arrais na prefeitura de Recife. Essa orientação foi acentuada a partir da eleição de Arrais para o governo de Pernambuco em 1962, quando o jornal passou a desencadear uma luta sistemática contra toda e qualquer medida ensaiada pelo Executivo estadual.

O jornal apoiou assim o movimento político-militar de 31 de março de 1964, que depôs o governo Goulart e em Pernambuco foi o responsável pelo afastamento de Miguel Arrais do governo do estado. A partir do estabelecimento do novo regime, o *Diário de Pernambuco* manteve-se identificado com os governos revolucionários, vendo com simpatia os governantes estaduais oriundos da Aliança Renovadora Nacional (Arena) e posteriormente do Partido Democrático Social (PDS).

DE 1964 A 2004

No período entre 1964 e 1968 o *Diário de Pernambuco* deu ampla cobertura aos governos militares. Por essa época o jornal não teve problemas com a censura, devido a sua proximidade e apoio explícito ao regime. No plano estadual, apoiou o governo de Paulo Guerra e sua política de aproximação com as classes produtoras. As solenidades militares e a opinião dos militares que serviam em Pernambuco, tendo à frente o general Justino Alves Bastos, comandante do IV Exército, figuram entre os principais assuntos abordados pelo jornal na época.

O ano de 1964 foi o da vinda de dom Hélder Câmara para a arquidiocese de Olinda e Recife. O *Diário de Pernambuco* registrou sua chegada a Recife e o início de suas funções. Todavia, após 1965 e durante boa parte dos anos seguintes, dom Hélder Câmara foi deliberadamente esquecido pelo noticiário do jornal, preocupado em não fazer referência a pessoas que não fossem benquistas pelo regime militar. Este era o caso de dom Hélder, assim como do ex-presidente João Goulart e do ex-governador pernambucano Miguel Arrais, na condição de exilados.

Com a edição do Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968, o *Diário de Pernambuco*, bem como toda a grande imprensa nacional, sofreu os efeitos da censura. No *Diário de Pernambuco* a censura processou-se de diversas formas: ora havia censores do Departamento de Operações Internas – Centro de Operações para a Defesa Interna (DOI-CODI), que se instalaram na própria redação, ora havia uma espécie de índice de temas e pessoas proibidos de serem abordados nas matérias jornalísticas. O mais comum foi a vigência de ambas as formas de censura. Alguns jornalistas foram presos e após serem soltos não mais retornaram à redação do jornal.

No início dos anos 1970 ocorreram algumas das alterações mais significativas no processo de editoração e produção do *Diário de Pernambuco*. O antigo sistema de impressão gráfica, o chamado sistema “a quente”, através de grandes prensas de linotipo de chumbo, foi gradativamente substituído pelo sistema *offset*. O *Diário de Pernambuco* passou a circular de segunda a sexta com 64 páginas, divididas em quatro cadernos específicos. Foi nesse período que o jornal contratou os serviços das grandes agências de notícias internacionais,

como France Press, Reuters, Associated Press, e, no plano nacional, da Agência Globo, da Agência Estado e da Agência Folha. Nos anos 1970, o jornal chegou a manter sucursais em várias capitais do Nordeste, posteriormente abolidas.

No fim dos anos 1970, teve início o processo de distensão do regime militar. Nessa época encontrava-se no governo de Pernambuco José Francisco de Moura Cavalcanti, eleito indiretamente em 1974. Em 1978 o Ato Institucional nº 5 foi revogado pelo governo do general Ernesto Geisel e foi suspensa a censura prévia aos jornais e à televisão. Em agosto de 1979, já no governo do general João Figueiredo (1979-1985), foi assinada a Lei da Anistia. O *Diário de Pernambuco* fez ampla cobertura desses acontecimentos. Assumiu, contudo, a postura de noticiar sem procurar partidarizar a discussão em torno da retomada da democracia. Por exemplo, publicou uma entrevista com Miguel Arrais marcando sua volta do exílio na Argélia, registrando a anistia ao ex-governador cassado pelo regime militar, mas eximiu-se de dar maior destaque ao assunto.

O ano de 1981 foi marcado pela eleição para o governo estadual. Disputaram o pleito o advogado Marcos Freire, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), e o professor da Faculdade de Direito do Recife e advogado Roberto Magalhães, pelo Partido Democrático Social (PDS). Roberto Magalhães venceu as eleições. O *Diário de Pernambuco*, apesar de não publicar em editorial seu apoio à campanha do candidato do PDS, mostrou-se simpático à sua vitória e procurou cobrir com destaque as ações de seu governo, que se estenderia até 1985.

Em dezembro de 1983, o jornal noticiou o lançamento em todo o país da campanha das Diretas Já. Em Recife, a campanha em prol das eleições diretas para a presidência da República foi desencadeada por políticos como Miguel Arrais, Cristina Tavares, Marcos Freire, Jarbas Vasconcelos, Egídio Ferreira Lima e Fernando Lira. O *Diário de Pernambuco* acompanhou com atenção esses acontecimentos, registrando a mobilização política em Recife e os comícios realizados na avenida Dantas Barreto. Apesar de não ter garantido a eleição presidencial pelo voto direto, seu maior objetivo, a campanha das Diretas conseguiu uma ampla mobilização político-partidária no sentido de inserir o país novamente num ambiente democrático. A cobertura dada pelo *Diário de Pernambuco*, ainda temendo represálias por parte da censura oficial do regime militar, manteve-se relativamente discreta, considerando a campanha como mais um dos eventos políticos do

período.

Em janeiro de 1985 realizaram-se as eleições indiretas para presidente da República. O ex-governador de Minas Gerais, Tancredo Neves — candidato da Aliança Democrática, constituída basicamente pelo PMDB e dissidentes do PDS — foi eleito presidente pelo Colégio Eleitoral, derrotando o político e empresário paulista Paulo Maluf, apoiado pelo último presidente do ciclo militar, general João Batista Figueiredo. O noticiário do *Diário de Pernambuco* nesse período seguiu a tendência da grande imprensa nacional de acompanhar e registrar esses fatos políticos, mas manteve a orientação editorial de não tomar partido político na questão. Em novembro de 1986, Arrais venceu as eleições para o governo de Pernambuco, derrotando o candidato do Partido da Frente Liberal (PFL), o empresário José Múcio Monteiro. Apesar de simpático à candidatura pefelista, o *Diário de Pernambuco* manteve sempre relações amistosas com o governo Arrais, cobrindo suas principais ações administrativas, e sendo inclusive o governo um dos principais contratadores de seus serviços publicitários.

O fim dos anos 1980 foi politicamente marcado pela expectativa de realização da primeira eleição com voto direto para presidente da República desde 1960. Em Pernambuco teve início também a corrida sucessória para o governo do estado. O *Diário de Pernambuco* apoiou discretamente a candidatura do advogado Joaquim Francisco de Moura Cavalcanti, sobrinho do ex-governador Moura Cavalcanti, que derrotou o candidato do PMDB, o ex-prefeito do Recife Jarbas Vasconcelos. O jornal informou também que Arrais fora eleito deputado federal com a maior votação do país, mais de quatrocentos mil votos. O governo de Joaquim Francisco procurou intensificar as obras do porto de Suape, no litoral sul do estado, construir e restaurar estradas e incentivar o turismo. Essas e outras ações administrativas foram registradas pelo noticiário do *Diário de Pernambuco*. No cenário político nacional, o jornal foi sensível à candidatura de Fernando Collor de Melo em detrimento da de Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), nas eleições presidenciais de novembro-dezembro de 1989. A exemplo dos demais órgãos da grande imprensa nacional, deu ênfase ao combate à corrupção e à caça aos “marajás” do serviço público, mote da campanha do ex-governador de Alagoas. Collor e Lula passaram para o segundo turno, tendo o primeiro saído vitorioso.

Também no final dos anos 1980 ocorreram inovações na produção e administração do

Diário de Pernambuco. O jornal iniciou a informatização da redação, com terminais de computadores ligados às centrais das grandes agências de notícias do Brasil e do mundo. A colorização dos principais cadernos de notícias tornou-se rotineira em todas as edições do jornal. Foi igualmente nessa época que se iniciou a terceirização do serviço denominado lojas de classificados (até então, o *Diário de Pernambuco* dispunha de funcionários para a coleta dos anúncios classificados). **Posteriormente, a maior parte desses serviços seria** repassada para lojistas associados ao jornal. Em 1992 o *Diário de Pernambuco* foi arrendado pelo grupo Diários Associados ao empresário local Armando Monteiro Filho, voltando a fazer parte do grupo em 1996.

O início dos anos 1990 foi marcado pela promoção pessoal do presidente Collor. Sua performance como desportista e seu carisma pessoal levaram-no a conquistar rapidamente a simpatia popular. No entanto, em 1992, complicações envolvendo os fundos de sua campanha para a presidência e acusações de tráfico de influência do advogado alagoano Paulo César Farias levaram-no a responder a um processo de *impeachment*. Todo esse processo foi acompanhado de perto pelo *Diário de Pernambuco*. Em todo o país as passeatas de jovens estudantes de rostos pintados, os “caras-pintadas”, revelavam a aprovação popular à iminente saída de Collor da presidência. O jornal destacou as grandes passeatas de “caras-pintadas” ocorridas em Recife, que tomavam boa parte das principais avenidas do centro da cidade.

Após a autorização pela Câmara dos Deputados, em 29 de setembro de 1992, da abertura do processo de *impeachment* de Collor, assumiu a presidência da República o vice-presidente Itamar Franco. Em seu governo, foi lançado um plano econômico de estabilização financeira elaborado pela equipe econômica do ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, que ficou conhecido como Plano Real. A redução dos preços de vários produtos da cesta básica de alimentos e a queda da inflação foram registrados com entusiasmo pelo *Diário de Pernambuco* através de matérias especiais sobre os preços dos produtos antes e depois do plano.

Nas eleições de outubro de 1994, saíram vencedores, no plano estadual, Miguel Arrais que, lançado pelo PSB, pela terceira vez assumia o governo pernambucano, e, no plano federal, Fernando Henrique Cardoso que, embalado pelo sucesso do Plano Real, derrotou o petista Luís Inácio Lula da Silva. O *Diário de Pernambuco* mostrou-se simpático ao governo

Fernando Henrique Cardoso, apesar de manter a orientação editorial de não apoiar politicamente nenhum governo. A presença dos pernambucanos Marco Maciel como vice-presidente da República, e Gustavo Krause como ministro do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, foi reconhecida pelo jornal como favorável a Pernambuco.

Ainda no ano de 1994, o *Diário de Pernambuco* passou a ser propriedade do Condomínio Associados. Nessa ocasião, o *Diário de Pernambuco* iniciou as obras do seu novo parque gráfico, localizado na zona norte de Recife. Em 1998, dispunha de novas máquinas informatizadas e de produção em larga escala, contando com cerca de 320 funcionários, entre jornalistas e técnicos gráficos.

Em julho de 2004, a redação do *Diário de Pernambuco* mudou da sede onde permanecera por 101 anos para o prédio dos Diários Associados, em Santo Amaro, devido a problemas de acesso ao centro da cidade. O governo do estado de Pernambuco adquiriu o antigo prédio da redação do *Diário*, a fim de transformá-lo em um Memorial do Diário, com peças e documentos que contariam sua trajetória.

Ricardo Lima Bezerra
colaboração especial

FONTES: *Diário de Pernambuco*; FUND. JOÃO NABUCO. *Diário de Pernambuco*. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=301&textCode=2869&date=currentDate>>. Acesso em: 17/12/2009; JAMBO, A. *Diário*; JAMBO, A. *Diário de Pernambuco*; NASCIMENTO, L. *História*.